

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt



ATA

14.ª Reunião da Assembleia de Delegados da Ordem dos Arquitectos (2020-2022)

Extraordinária

28.janeiro.2023

10h00, Sede da OA - Lisboa

Aos vinte e oito dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e três, reuniu a Assembleia de Delegados da Ordem dos Arquitectos (AdD), mandato 2020-2022, para a sua 14.ª reunião, sessão convocada com carácter extraordinário, na Sede da Ordem dos Arquitectos, em Lisboa.

Participaram na reunião

a) Presencialmente: Ana Nascimento, Bárbara Delgado (em substituição de Paulo Serôdio), João Belo Rodeia, João Fagulha, Leonor Cintra Gomes, Lia Ferreira, Maria Manuel Oliveira, Pedro Crisóstomo (em substituição de Marta Falcão) e Telmo Cruz.

b) Por “zoom”, tendo apresentado justificação de acordo com o artigo 7.º do Regimento: Adriana Floret, Carlos Antunes, Célia Maia (em substituição de Carlos Veloso), Décio Ferreira, Désirée Pedro (em substituição de Luís Miguel Correia), Fátima Matos, Francisco Domingos, Igor França, Ivo Oliveira, José Luís Fernandes, José Martinez, Lino Paixão, Luís Oliveira, Nuno Freitas, Manuel Ferreira, Manuel Rosa, Patrícia Andrade (em substituição de Luís Tristão), Patrícia Fernandes Rocha e Paulo Pardelha.

Foram convidados e estiveram presentes: presencialmente - Gonçalo Byrne, Presidente do CDN, Carla Lima Vieira, Secretário do CDN e Joana Seixas Nunes, Tesoureiro do CDN; por zoom - Bruno Rodrigues, Assessor Financeiro do CDN e Luiz Quinaz, Revisor Oficial de Contas.

Estiveram presentes o assessor jurídico da AdD, Bernardo Pinheiro (zoom) e a responsável pelo secretariado administrativo, Fátima Marques.

Ordem de trabalhos:

1. Período de Informações - apresentação à Assembleia de assuntos do seu interesse;
2. Apresentação, apreciação e votação da proposta de Plano Geral de Atividades e Orçamento da Ordem dos Arquitectos 2023;
3. Outros Assuntos.

A **Presidente** da Mesa da Assembleia de Delegados, Maria Manuel Oliveira, constatando haver quórum, deu início à reunião, pelas 10 horas e 15 minutos. Agradeceu a presença e o esforço de estarem presentes na reunião, convocada na própria semana e solicitou autorização para gravar a sessão, como habitualmente, para auxílio na redação da Ata.

Justificou a urgência desta convocatória extraordinária dada a premência na apreciação, discussão e votação do Plano Geral de Atividades e Orçamento para 2023 (PGA & O 2023), lembrando que tal era já do conhecimento dos Delegados. Informou ainda que para apresentarem o PGA & O2023 iriam estar presentes o Presidente do CDN, o Secretário e o Tesoureiro do CDN, e também o Revisor Oficial de Contas e o Assessor Financeiro da Ordem.

Depois desta introdução e explicações, passou-se à discussão dos pontos da OT.

Ponto 1. Período de Informações - apresentação à Assembleia de assuntos do seu interesse

Maria Manuel Oliveira mencionou ter 2 informações rápidas para prestar, nomeadamente:

- Uma Carta enviada por um grupo de 5 membros da OA ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral (MAG), e enviada também em “cc” para outros órgãos, incluindo a AdD, solicitando a marcação de uma Assembleia Geral, argumentando que existiam assuntos de interesse a discutir. O Presidente da MAG tinha respondido, justificando que não havia fundamento, nem pedido por parte dos membros para a realização de uma AG. Os 5 membros subscritores, retorquiram, alegando motivos de excepcional importância pelo que deveria ser convocada uma AG, mesmo que fosse solicitada por uma minoria de membros. Por agora não tinha informação de novos desenvolvimentos.

- Outra informação dada, foi relativamente à continuidade do seguro de saúde. Maria Manuel Oliveira informou ter sido solicitada a indicação de um membro da AdD para integrar o GT Seguro de Saúde, para o qual nomeou Leonor Cintra Gomes, tendo-lhe dado a palavra. **Leonor Cintra Gomes**, como representante da AdD, no GT Seguro de Saúde, fez um resumo dos trabalhos em curso e reuniões já realizadas pelo GT, explicando que este GT teve início a 12 de janeiro, sendo constituído por membros de todas as SR e também do CDN. Referiu que a sua criação se devia ao facto de o contrato existente com a AGEAS terminar no fim de março e o orçamento da AO, para 2023, apenas contemplar verba para este período. Contudo os Presidentes das 7 SR eram de opinião que este seguro deveria continuar, e nesse sentido promoveram diversas reuniões, com a AGEAS, CDN, serviços jurídicos e financeiros da AO, visando dar continuidade ao seguro de saúde. Salientou que o GT tem tido presente a recomendação feita pela AdD, enviada a todos os CD, a 11 de dezembro de 2021: ...“*Dar continuidade à existência de um seguro de saúde protocolado que, em princípio, ii) proporcione a todos os membros da Ordem dos Arquitectos condições idênticas e equitativas em termos da respetiva prestação de serviços, iii) devendo o valor da subscrição ser assumido pelo seu signatário...*”. Terminou dizendo que oportunamente informará de novos desenvolvimentos.

Ponto 2. Apresentação, apreciação e votação da Proposta de Plano Geral de Atividades e Orçamento da Ordem dos Arquitectos para 2023

A **Presidente da Mesa da AdD** passou ao ponto 2. da OT, entrando na reunião Gonçalo Byrne, Carla Lima Vieira e Joana Seixas Nunes, bem como, do Dr. Luiz Quinaz e do Dr. Bruno Rodrigues (por zoom). Cumprimentou e agradeceu a presença, pedindo desculpas pelo facto de esta reunião ter sido convocada com tão pouca antecedência. Deu a palavra ao Presidente do CDN, Gonçalo Byrne.

Gonçalo Byrne – Agradeceu o convite da Mesa para estar presente nesta AdD e saudou todos os Delegados presentes e on-line. Fez uma breve contextualização da Proposta de PGA & O 2023, dizendo que finalmente tinham conseguido ter esta proposta, e também o Parecer do Conselho Fiscal, prontos, bastante mais cedo que nos anos anteriores, o que tinha feito com que no ano passado não fosse possível realizar o Congresso, previsto para setembro e infelizmente empurrado para o final do mandato. Felicitou a AdD por tão rapidamente e ainda antes do fim do corrente mês de janeiro, ter reunido para discutir o documento, salientando existirem agora todas as condições para se votar este documento vital e de toda a importância para a vida da Ordem. Terminou agradecendo e passou a palavra ao Secretário para apresentação do PGA, propriamente dito.

Carla Lima Vieira, tomou a palavra cumprimentando todos e informando que o PGA seguia a mesma estrutura de documento de ano para ano, o que simplificava. Reiterou que o paradigma fixado para este mandato era o “desenvolvimento sustentável” e que tinham sido realizadas uma grande variedade de atividades, em torno da mensagem “por um futuro mais sustentável: com uma sociedade sustentável, uma arquitetura sustentável e a sustentabilidade da nossa profissão, assim como de uma instituição sustentável”. Referiu ainda, que neste último ano do mandato se irá realizar o Congresso, nos Açores, e que será o momento alto deste mandato. Informou que estavam a organizar um programa paralelo ao Congresso, em torno do Tema “Sustentabilidade” que incluía o “Change Matters”, a começar com um “warm-up” em articulação com as universidades de arquitetura, prevenendo-

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt



se a realização de 3 reuniões com as escolas. Já durante o Congresso, este programa paralelo incluirá um festival de cinema, um conjunto de roteiros sobre os Açores, também um ciclo de conversas com locais e uma exposição de concursos de arquitetura, estas 2 iniciativas organizadas pela SR Açores. Em junho irá terminar o programa “Change Matters” com a presença da Ordem no Congresso da UIA, de 2 a 6 junho, igualmente baseado na sustentabilidade, que tinha sido esse o repto da UIA. Finalmente levarão a Copenhaga, as conclusões do Congresso, e que terão o nome “A Declaração dos Açores”.

Seguidamente, apoiada num powerpoint (anexo a esta ata) e no documento enviado com a convocatória, fez uma apresentação detalhada do PGA, salientando algumas das atividades.

Maria Manuel Oliveira agradeceu e questionou se algum dos membros desejaria colocar alguma questão. Ninguém se pronunciou, pelo que deu a palavra a Joana Seixas Nunes, para a apresentação do Orçamento.

Joana Seixas Nunes – Cumprimentou todos e começou por dar algumas informações, nomeadamente sobre o novo Portal que se encontrava em migração e, já no mês de fevereiro, irá aparecer um novo portal, mais interessante e apelativo, e que em março-abril este irá já conter novas funcionalidades. Por essa altura irá surgir, igualmente, o novo site. Salientou ainda que os Serviços Administrativos Financeiros, serviços partilhados entre o CDN e os Regionais, tinham funcionado muito bem, sendo bem assessorados. Referiu que no próximo mandato, será necessário reforçar os quadros, visto alguns funcionários saírem devido à reforma. Sublinhou que considerava que esta partilha de serviços e esta nova orgânica tinham sido uma mais valia para a Ordem e queria deixar a recomendação para a sua continuidade no futuro. Lamentou, ainda, não ter conseguido apresentar, dentro dos prazos, os controlos orçamentais trimestrais, justificando que existiam sempre imensas coisas a fazer, nomeadamente o Congresso e o processo eleitoral, o que sacrificava o trabalho quotidiano.

Lembrou que os dois anos anteriores tinham sido de enorme discussão e de testes, verificando como a Ordem ia reagindo a determinadas decisões de gestão, e tinham considerado, que 2023 seria um ano de apaziguar as diversas decisões tomadas. Assim, consideraram que o protocolo de repartição de quotização deveria ficar igual ao ano transato, ou seja 30% das quotas para o CDN e os restantes 70% repartido pelas SR, de acordo com a percentagem dos membros ativos de cada uma. Posteriormente, quando se quiserem tirar conclusões deste modelo, tal deveria ser feito com tempo, durante o próximo mandato. Lembrou que todos os modelos testados, foram sempre na procura da estabilidade da instituição e adequados à organização, sem nunca esquecer os membros, que não deviam sofrer com estas mudanças internas e alterações, e devendo sempre continuar a prestar serviços de excelência. Seguidamente congratulou-se por não terem tido necessidade de aumentar a quota, mas tal não deveria ser possível continuar durante mais tempo e num futuro próximo deveria acontecer, para se conseguir manter o equilíbrio financeiro da OA.

Passou à apresentação do Orçamento 2023, baseada no Powerpoint, (anexo à presente ata) e no documento enviado com a convocatória, dando explicações sobre a sua estrutura e metodologia e destacando algumas atividades extraordinárias no corrente ano: Congresso e o processo eleitoral. Destacou também os centros de custo e a estrutura do documento que se encontrava dividida pelo Relatório e 5 anexos. Terminou, disponibilizando-se para todas as questões ou esclarecimentos que a Assembleia pretender.

Carla Lima Vieira tomou a palavra para salientar que era com grande satisfação que traziam aqui este documento, no início do ano, e que o mesmo tinha sido aprovado integralmente e por unanimidade pelos nove membros do CDN e pelos 7 Presidentes das Secções Regionais, o que considerava ser muito importante e de valor.

A **Presidente da Mesa da AdD** agradeceu as apresentações e felicitou o trabalho desenvolvido, relevando e saudando o facto destes documentos terem merecido aprovação por unanimidade e consenso no CDN, e sem declarações de votos. Considerou também importante referir que este documento continha um aumento de informação significativo e que assim demonstrava um aumento de transparência em relação aos gastos e despesas da OA e dos seus órgãos nacionais e regionais, o que era uma boa prática e evitava determinadas especulações. Depois deste preâmbulo mencionou que tem agora a AdD a importante tarefa de apreciar, discutir e votar este

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt



documento e abriu o debate, dando a palavra aos Delegados, para apresentarem as suas dúvidas e ou tecerem comentários sobre o PGA & O 2023.

Manuel Rosa tomou a palavra para referir duas coisas: - dada a extensão e complexidade do documento, considerou que 3/4 dias não eram suficientes para o analisar nas devidas condições, devendo ter-se atenção no futuro, dando mais tempo para fazer uma análise correta. Deste modo referiu que não iria tecer quaisquer comentários, sobre o mesmo, visto não ter tido o tempo necessário para uma análise correta e poder pronunciar-se devidamente; - a segunda questão mencionada referia-se ao fato de se ter afirmado que, se este orçamento não for aprovado, não era possível a realização do Congresso, pelo que questionava se seria mesmo assim ou se não era somente uma forma de pressionar a Assembleia a aprovar o Orçamento.

Maria Manuel Oliveira esclareceu que era da sua inteira responsabilidade, a convocatória desta reunião para a data de hoje, visto que nos próximos sábados, havia uma serie de impossibilidades logísticas para a realização da reunião. Tendo em conta a necessidade e urgência em tomarem algumas decisões, tinha optado pela convocatória para aquela data, o qual era permitido por ser uma reunião extraordinária.

João Belo Rodeia pediu que o informassem se a OA mantinha o interesse e empenho no CIALP e no DOCOMOMO Ibérico, e congratulou-se com o novo Acordo, agora assinado, com o Colégio dos Arquitetos e Urbanistas - CAU do Brasil, considerando ser muito importante esta relação e regulação entre Portugal e Brasil. Seguidamente mencionou que sabe da importância premente que foi a instalação das SR e de toda esta nova orgânica, sendo que tal era mesmo necessário e não tinha sido nada fácil. Apesar de tudo, supunha que tinha sido feito o necessário e que será continuado no mandato seguinte. Recomendou, que as direções, fossem elas quais fossem, deviam dar continuar ao trabalho das anteriores, pois as direções faziam o melhor que podiam e estes contributos melhoravam muito, se se houver esse conhecimento do trabalho que vinha de trás e continuá-lo. Fez mais duas últimas observações: - uma relativa a um documento antigo, sobre a PNAP e que deveria ser continuado e desdobrado; - a outra questão era relativa à normativa. Gostava de saber em que pé se encontrava a norma da arquitetura e que esta se encontrava ligada com a possibilidade de termos a ter um Código de Construção e Edificação. Já há algum tempo não ouvia falar sobre esse assunto, mas que deveria ser continuado pois considerava ser algo altamente importante, essencial e urgente para todos, não lhe parecendo que tal seja particularmente difícil, desde que haja acolhimento do Governo e a possibilidade entre o PNAP, os códigos e a sustentabilidade. Noutra ótica, salientou a Admissão, considerando que esta era uma questão difícilíssima, dada a sua complexidade e compreendia que não seria a discussão mais oportuna para fazer neste mandato. Mas a Ordem tinha essa responsabilidade acrescida, de verificar e acompanhar o que se passava com o ensino da arquitetura, visto que este não andava nada bem. Existiam coisas boas, mas também ensino péssimo, e não tinha ouvido ressonância sobre este assunto. Neste e no próximo mandato deveria ser um assunto a ser acompanhado juntamente com as universidades, pois a Ordem tinha um papel importante e não se devia demitir deste assunto. Deveria tentar que as escolas percebessem estas circunstâncias e que seria no sentido de melhorar e, não de denegrir o ensino. Para terminar e relativamente ao Orçamento não podia ter outra opinião que não a da sua SR, por tal não poderá ter outro voto, que não fosse o favorável.

Joana Seixas Nunes respondendo à intervenção de Manuel Rosa, esclareceu que no Orçamento estavam orçamentadas verbas para realizarem determinadas atividades. Se não for aprovado, obviamente não podiam dar continuidade ou realizar essas atividades, ficando a trabalhar em duodécimos/gestão corrente. Salientou que não se tratava de pressionar, cada um votará, como entender.

Carla Lima Vieira relativamente aos assuntos referidos pelo João Belo Rodeia, esclareceu que o CIALP e o DOCOMOMO estavam a ser acompanhados pelo próprio Presidente e ainda esta semana se tinha realizado uma reunião da DOCOMOMO Ibérico. Sobre as observações de não esquecer o que foi feito pelas direções anteriores, explicou que estava sempre presente nas suas mentes, e gostariam de que a Ordem, enquanto instituição, pudesse ter conhecimento e informação mais disponível para poderem aproveitar as boas ideias, que por alguma razão não tinham sido realizadas em devida altura. Manifestou ser bastante difícil, porque eram assuntos "muito presos

aos eleitos” e às passagens dos mandatos, e pouco aos recursos humanos da casa. Esclareceu ainda que não terminaram nada, chegaram em condições muito difíceis, devido à pandemia, às 7 novas SR, dando exemplos de assuntos a que tinham dado continuidade, tais como as CT, referindo o mesmo sobre o Seguro de Saúde. Relativamente á PNAP, sendo uma política um pouco diferente, de outras políticas de Arquitetura existentes na União Europeia, pois incluía a Paisagem, efetivamente não tinham conseguido avançar com este assunto. Informou que mesmo assim tinham estado reunidos com a Direção-Geral do Território, porque pretendiam que a PNAP, fosse mais do que era e pudesse progredir, por exemplo, como foi em Espanha com a Lei da Qualidade da Arquitetura. Informou que era um trabalho que estavam a iniciar e que consideravam, ser um instrumento que se encontrava subaproveitado, salientando que estavam a conseguir sensibilizar as diversas entidades da importância da PNAP, não só para os Arquitetos, mas para o Território. Sobre a Admissão, efetivamente não tinha sido uma prioridade, tendo em conta todo o trabalho urgente que tiveram. Confessou que ao nível da admissão tinha sido muito preocupante verificarem que o funcionamento dentro da própria instituição estava longe de ser perfeito, com esclarecimentos diferentes, procedimentos diversos e até com admissões feitas de maneiras distintas, entre a SR Norte e a SR Sul, e assim tinham feito um reforço dos recursos humanos. Referiu, com orgulho, que hoje em dia, era um serviço que funcionava de forma célere e esclarecido no apoio aos membros pelas SR, e encontravam-se agora em condições de progredirem para as relações com as universidades.

Leonor Cintra Gomes agradeceu a clara apresentação e presença do CDN de tantos delegados, comentando, como curiosidade, o que soube, por Fátima Marques, que era a 1.ª vez, nestes últimos 28/29 anos que nas reuniões dos Conselhos Nacional de Delegados e das Assembleias de Delegados, em que estavam presentes todos os seus membros. Considerava relevante e demonstrativo do interesse desta AdD no futuro da Ordem. Seguidamente questionou sobre a criação do GT de Seguro de Saúde, em particular se o CDN tinha sido ou não aprovado a sua constituição. Sobre o PGA lembrou as competências estatutárias da AdD e a referência a uma proposta de normas para o funcionamento dos Conselhos, questionando se estas normas, tinham este nome, e não regulamento, para não terem de vir à aprovação da AdD.

Ana Nascimento – Agradeceu a clareza e o esforço em tentar uma uniformização do processo e uma vontade agregadora, e expos a sua questão relacionada com o Seguro de Saúde, pois julgava que tinha sido consensual, nas anteriores reuniões da AdD, manter-se, e verificando que este não estava contemplado no Orçamento. Considerava que tal devia ficar assegurado no Orçamento, e para o futuro, por ser da opinião que seria um serviço que não deveria ser perdido.

Manuel Rosa referindo-se ao que foi anteriormente informado sobre a não realização do Congresso, se eventualmente não houvesse aprovação do Orçamento, considerou ser estranho, pois já tinham sido certamente realizados diversos investimentos, e questionou como seriam essas despesas justificadas se o Congresso não se realizar?

Carla Lima Vieira – Respondendo a intervenção de Leonor Cintra Gomes, confirmou que sim que a criação do GT do Seguro de Saúde tinha sido aprovada. Em relação aos regulamentos e normas esclareceu que era só uma carta de princípios, visto ser importante que os princípios de funcionamento fossem normalizados, lembrando a carta de princípios da Encomenda, que servia para que não houvesse entendimentos distintos entre SR, para que a que Ordem funcionasse como um único organismo. Estas normas eram somente para se encontrarem princípios comuns aos vários serviços.

Relativamente ao Seguro de Saúde, esclareceu que é importante que este seja analisado à luz do que aconteceu em 2016. Explicou que foi iniciado pela SR Norte e, na altura, o Conselho Nacional de Delegados fez uma ponderação dizendo que não era lícito a OA ter um Seguro de Saúde, pois na Lei de 2/2013 vinha referido que *as “organizações públicas profissionais não podem prosseguir a sua atividade, nem usar os seus poderes fora das suas atribuições e não podem dedicar os seus recursos a atividades e finalidades diversas fora das que legalmente lhe tenham sido cometidas”*. Portanto o Seguro de Saúde não estava previsto e não fazia parte das nossas competências. Depois a SR Sul, igualmente passou a disponibilizar o seguro aos seus membros, sem que o CDN ou

outro órgão tivesse sido ouvido, sendo totalmente irregular esta situação e fazendo uma despesa que não estava autorizada. O CDN teve o entendimento que este Seguro de Saúde deveria ser avaliado, por estas razões e também por uma questão de gestão. Mais informou que se encontravam mais de 28 mil arquitetos inscritos, 19 mil ativos, somente 5.971 aderiram ao seguro e destes só 1.253 o usaram, no ano passado. Deste modo, teriam de ver estes números e corrigir o que não estava correto, se não fazia parte das competências da Ordem estava-lhe vedado o uso do dinheiro para esse efeito. Lembrou que o CDN não tinha terminado o Ssaúde, mas o contrato irá terminar e não poderá ser prolongado, pois já tinha sido renovado pelo período máximo de tempo. Além do mais, nenhuma das SR tinha deixado verbas para este Seguro. Finalizando, considerava que era importante prestar algum apoio na área da saúde aos membros, e por isso tinham criado o GT na tentativa de se encontrar outro modelo, na vertente de utilizador/pagador, tal como recomendado pela AdD, e esperava, antes do final deste contrato, poderem apresentar uma alternativa para os membros nesta área.

Joana Seixas Nunes, respondendo a Manuel Rosa, informou que no orçamento de 2022, tinham previsto uma verba para o Congresso no valor de 21 mil euros, e que até ao momento não tinha sido ainda gasta. Caso o Orçamento não fosse aprovado, tem de terminar. Mencionou não entender a sua posição, esclarecendo que cabia ao CDN trazer os documentos e à AdD votarem esses documentos, como o entendessem. Isso tinha consequências, pelo que, se for favorável, avançamos, se for desfavorável, não será levado a cabo, assim como todos as outras despesas/atividades.

Gonçalo Byrne referiu, complementado a resposta de Joana Seixas Nunes e agradecendo a pergunta do Manuel Rosa que lhe parece claríssima, se não será uma forma de pressão. O Orçamento primeiro era discutido e aprovado pelo CDN e pelos Conselho Diretivos Regionais e a seguir sujeito a Parecer do CFiscal e depois seguia para a AdD. Esta tinha a liberdade e autonomia de votar e aprovar, ou não, esse Orçamento, como um todo, não sendo crível separar o seu Congresso do resto do orçamento. Sublinhou que aprovar o Orçamento não era uma pressão, e a AdD tinha a opção de decidir, mas claro que essas opções irão ter consequências na vida da Ordem. Terminou exclamando que “não há qualquer tentativa de bullying por parte do CDN e dos CDRegionais à AdD.”

Luís Quinaz tomou a palavra para complementar os comentários anteriores, referindo que a resposta à questão era clara e estava no Estatuto no Artigo 42.º, tendo lido o respetivo n.º 3: “*O plano geral de atividades e orçamento da Ordem deve ter em conta o plano de atividades de cada conselho diretivo e a previsão orçamental dos respetivos custos e proveitos ordinários, a nível nacional e regional*”, e n.º 2: “*Na sua atividade, a Ordem está ainda sujeita às regras de equilíbrio orçamental*”, esclarecendo que isto significava, que este conjunto de atividades tinha que ter por trás uma aprovação orçamental. Não existiam planos plurianuais, podendo existir se a entidade assim o entender. Mas numa base anual tinha de ser votadas pela própria Assembleia, sendo que este procedimento estava perfeitamente correto.

Ivo Oliveira agradeceu as apresentações referindo que foi com satisfação que analisou os documentos e atas de apoio, sendo particularmente simpático ver que estava a analisar documentos que já tinham gerado um primeiro consenso no CDN, que permitiu uma solidez suficiente e o voto favorável de todos dentro do CDN e ficando, deste modo, sem dúvidas em relação à sua votação. Considerou também que era mais fácil, agora, a análise dos documentos visto seguirem a mesma estrutura dos anos anteriores. Salientou que, eram de facto muitas frentes onde o CDN tem de estar presente, mas para este ano ter como objetivo o Congresso e o tema da sustentabilidade, o que na sua opinião lhe pareceu muito bem. Sendo um ano muito particular, mas para este arranque, não tinha dúvidas e estava particularmente satisfeito. No 2.º semestre logo se veria o que acontecerá. Sobre o futuro do modelo de Seguro de Saúde esperava que o GT rapidamente pudesse apresentar um outro modelo ou alternativa, e caso ser necessário seja apresentado na AdD ou outros órgãos.

Décio Ferreira agradeceu, mas referiu que dada a importância do documento, reunirem a AdD só com 3-4 dias de antecedência era muito pouco tempo. Certamente tinha sido feito dentro do regulamento, mas ainda assim era pouco tempo para análise e não podia direcionar o seu sentido de voto, só porque tinha havido unanimidade, “unanimidade que o deixava até um pouco surpreso”. Deu os parabéns por estarem todos os Delegados reunidos.

Em relação ao Congresso, já tinha sido debatido muitas vezes deste não ter sido realizado por não haver orçamento aprovado. Mas a sua convicção era que este poderia realizar-se mesmo em gestão de sistema de duodécimos. Continuando, disse não ter grandes questões em relação ao documento. Mencionou ser importante a existência do Anexo 5 e igualmente de o Anexo 4 ter os valores associados e tão detalhados era igualmente importante. Pediu que fosse corrigido, no Plano de atividades visto que o seu nome não fazia parte da composição da AdD, mantendo, ainda o nome da colega que veio substituir. Mencionou que não viu qualquer verba no orçamento atribuído para as CT. Questionou como tinham chegado à estimativa de novos associados, visto que existia um aumento substancial de novos membros, e também um aumento de suspensões bastante acentuado pelo que gostaria de perceber como tinham chegado a estes números. Finalizando considerou que neste documento não constava nada de novo, tendo acabado com os e-mails profissionais, etc., e não via novidade por ex.: no setor da construção. Também não esperava que as quotas fossem aumentadas, com tantos cortes e a terminar o ano com saldo positivo e assim não entendendo o que referiam com um “esforço muito grande”. Sobre a data das eleições, ainda não tinha conhecimento nem tal tinha sido referido, somente vinha indicado o custo de 50 mil euros. Considerava ainda que o valor apresentado de 80 mil euros para a mobilidade do portal e novo site, lhe parecendo-lhe ser um valor exagerado.

Joana Seixas Nunes – Respondendo às duas últimas intervenções, esclareceu que sobre as palavras do Ivo Oliveira referiu que só tinha a agradecer. Sobre as observações e questões levantadas pelo Décio Ferreira, respondeu que os Anexos 4 e 5 sempre tinham existido, talvez menos detalhados, e que iriam continuaram a trazer, sempre e cada vez mais, informação mais detalhada, como iriam verificar nos os controles orçamentais, que também passaram a conter os Anexos 3, 4 e 5, onde além da linguagem técnica também fossem traduzidos para uma linguagem que todos pudessem entender. Sobre a receita excedentária e no relatório do 3º trimestre esse excedente existia, mas o excedente era nas direções regionais, não no CDN, o que era uma preocupação, porque o CDN tem de existir. Eram os órgãos nacionais, e para isso terá que haver uma atualização da quota. Salientou que não havia só cortes, como referido, e que o Seguro de responsabilidade civil aumentou de 25 para 50 mil euros, o que era um montante já muito razoável. Que tinham sido contratados mais 10 funcionários e tinha passado a haver mais 5 sedes, em vez de 2, com instalações, funcionários, centrais telefónicas, gestão documental etc. Tinham cortado somente no que não estavam legitimados a fazer, tal como o Seguro de Saúde ou o e-mail profissional em que só 100 membros usavam. Sobre as plataformas eletrónicas e o website único, esclareceu que existiam mais de 30 websites, na Ordem, com informação distinta e que nem tinham conhecimento que existiam tantos, mas que continham informação muito válida e não queriam perder essa memória, tal como referido pelo João Belo Rodeia. Todos estes sites tinham sido concebidos com tecnologias e formas diferentes sendo necessário a sua adaptação à nova tecnologia do site único, confirmando que isso iria custar 80 mil euros, e que esse valor era de investimento votado por unanimidade. Sobre o custo das eleições, que não podia ser feita através do Portal dos Arquitectos, pois esta era uma ferramenta utilitária, gerida pelos funcionários e não devia ser misturada com a plataforma de eleições, que deviam ser realizadas numa plataforma à parte e por uma entidade certificada para o efeito, contendo as exigências e veracidades necessárias a uma eleição e permitindo auditorias, além de que essa plataforma de votação tinha que ser sempre adaptada de eleição para eleição. Terminando, sobre o valor atribuído às CT, informou que este era de 13.500 euros a dividir pelas 6 comissões existentes.

Carla Lima Vieira - Relativamente às datas de eleições, informou, que serão no meio do ano, como é suposto, mas não tinha conhecimento de uma data concreta.

Manuel Rosa, relativamente ao comentário do Congresso, o que estranhava era apresentarem-lhe o Orçamento, tão em cima da data do Congresso. Referiu que não tinha tido tempo de analisar e, por exemplo questionava porque à formação profissional e à promoção da arquitetura tinha sido atribuído menos 40 mil euros a cada um e ao JA menos 70 mil em relação ao ano anterior, porquê? Seguidamente deixou uma sugestão que seria haver uma verba todos os anos para o Congresso, e deu o exemplo da SR Madeira, em que esta Secção perdeu 10 mil euros no seu Orçamento. Se houvesse uma verba todos os anos, o valor ficaria mais diluído por 3 anos. Concluindo disse que face ao exposto iria abster-se na votação, não pelo orçamento em si, mas por não ter tido tempo para uma

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt



análise mais profunda. Ainda, referiu que sobre o investimento extraordinário nas Sedes, considerava muito bem, salientando que a Sede me Lisboa, necessitava e muito de obras de recuperação, e sugeriu que a Ordem deveria começar a ponderar em adquirir espaços para as SR, um programa a ser realizado ao longo dos anos, por ser fundamental que os Arquitectos sentissem que tinham um espaço, uma secção que era deles.

Nuno Freitas agradeceu o trabalho realizado, mas tal como referido pelo Manuel Rosa tinha tido pouco tempo para análise do documento. No entanto e relativamente sobre o cartão de saúde, e da reflexão feita pela AdD, e das palavras da Carla Lima Vieira, mencionou que entendia melhor a situação, mas seria importante passar essa informação do término do Seguro aos membros, pois este não tinha esse conhecimento. Questionou ainda, porque não tinham criado o GT mais cedo, ou mesmo porquê criá-lo, visto não estar nas atribuições da Ordem.

Décio Ferreira quis esclarecer que sabia da existência dos Anexo 4 e 5, e era somente para dar os parabéns pela informação detalhada neles contida.

Joana Seixas Nunes, sobre as 2 últimas intervenções, esclareceu que não era possível prever uma verba todos os anos, para o Congresso. Era uma questão de gestão e tal não era possível. Explicou a situação das datas da apresentação dos documentos e do circuito até chegar a AdD. O Congresso, não tendo sido possível realizar-se no ano passado, tinha sido marcado para março, porque não havia muitas alternativas, visto o mandato terminar no meio do ano, e já assim se encontra marcado muito em cima da data das eleições, algo que nunca tinham desejado. Na questão das SR e das suas verbas, informou que quando as questionava se alguma das atividades previstas não tinha sido realizada por falta de verbas, nenhuma delas referiu que tinha deixado de fazer alguma atividade por não ter dinheiro. Mais informou dos valores excedentes e positivos de cada Secção, nomeadamente da Madeira que teve um saldo positivo de 18.600 euros, a SR Norte de 60 mil, a SR Centro de 79 mil, a SRLVT teve 118 mil, o Alentejo de 12mil, a SR Algarve com 38 mil e os Açores com 20 mil, sendo que o CDN tinha sido quem teve o menor resultado com cerca de 10 mil euros. Perfazendo no total 359 mil euros positivos. Relativamente a alguns valores menores em certas rubricas, explicou por exemplo, que no caso do JA só tinham sido feitos 2 dos 7 números previstos, devido á guerra não tinha havido papel etc. Em relação às Sedes, consideravam que a Ordem devia ter o poder de negociar como os poderes locais, no sentido de obterem espaços cedidos, tal como aconteceu com a Sede de Lisboa, e também poderia ser o caso da Madeira e dos Açores, tendo já falado com os governos regionais, para esse fim, o que parecia estar bem encaminhado, salientando que independentemente deste modo, o Fundo de Reserva, que deveria ser reforçado todos os anos, possa servir para esse fim, se assim vier a ser o caso.

Carla Lima Vieira - Respondeu que relativamente ao GT do Seguro de Saúde, que tinham entendido que a informação deveria ser dada quando tiverem algo de positivo a transmitir aos membros. Sobre o timing deste GT referiu ter sido o possível. Referiu ainda que, relativamente ao nome do Décio Ferreira não constar no PA, pedia desculpa e disse que seria corrigido na versão final do documento.

Não havendo mais pedidos de intervenção foi concluído o debate.

Maria Manuel Oliveira – Agradeceu mais uma vez a presença e explicações dos membros do CDN, do Dr. Luiz Quinaz e do Dr. Bruno Rodrigues, que se retiraram da reunião. Seguidamente congratulou-se por estarem todos presentes e apesar da pressão, que reconhecia, estavam todos com disponibilidade e responsabilidade de fazer esta votação. Assim, a Presidente **da Mesa da AdD** e colocou à votação o **Plano Geral de Atividades e o Orçamento da OA para 2023**, o qual foi **aprovado por Maioria** com os seguintes votos:

A favor - 18

Contra – 3 (Lia Ferreira, Décio Ferreira e Pedro Crisóstomo)

Abstenções – 7 (MR, LP,FD, AF, LO, CM e NF)

Lia Ferreira, Décio Ferreira e José Luís Fernandes informaram que irão apresentar declarações de voto;

(Nesta votação estavam presentes na reunião o total dos 28 delegados)

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt



Ponto 3. Outros Assuntos

A **Presidente da Mesa da AdD** referiu que, para além da reunião descentralizada em Ponta Delgada, no dia 5 de março, no final do Congresso, estava ainda prevista a realização de mais uma reunião descentralizada a realizar no Algarve, indicando como provável a data de 27 de maio, mas ainda será uma data a confirmar. Seguidamente solicitou a Carla Lima Vieira e a Joana Seixas Nunes que entrassem na reunião para prestarem informações mais detalhadas sobre o Congresso.

Carla Lima Vieira informou, de forma resumida, sobre as datas e horários do Congresso, nomeando algumas das entidades e personalidades convidadas e que já tinham confirmado presença, tanto portuguesas como estrangeiras. Lembrou que até ao dia 5 podiam ser enviadas as comunicações, recomendações ou moções e referiu que este Congresso ia decorrer de forma híbrida, permitindo a quem não se puder deslocar-se aos Açores poder participar por via telemática.

Joana Seixas Nunes informou que a Agência de Viagens com quem se estava a trabalhar (“Açoriana”) e que era a própria agência que iria contactar os Delegados, enviar os bilhetes, etc. Caso pretendessem ir acompanhados, por exemplo, deviam fazer as marcações junto da dita agência. Referiu que estavam assegurados os transferes do aeroporto/hotel e vice-versa, e que o Congresso se iria realizar no Teatro Micaelense onde eram servidos alguns dos almoços. O jantar de encerramento será no Coliseu de Ponta Delgada, estando igualmente programada uma visita ao Centro de Artes Contemporânea, localizado na Ribeira Grande. O dia 5 será livre, menos para os Delegados que terão reunião. Referiu ainda que contam com o alto patrocínio do Governo dos Açores, que tinha acolhido e ia apoiar financeiramente o Congresso. Tinham ficado muito interessados ao saber que as conclusões do Congresso e que terão o nome de “Declaração dos Açores” e que irá ser apresentada em Copenhaga. Concluiu, considerando que estavam reunidas todas as condições para que o Congresso seja um sucesso.

Maria Manuel Oliveira – Agradeceu mais uma vez a presença e todos os esclarecimentos e informações prestadas pelas representantes do CDN, que se retiraram.

E assim, terminada a ordem de trabalhos e não havendo mais assuntos a tratar, o teor da Ata resumida da reunião, foi lida por **Leonor Cintra Gomes** e colocada a votação. A **Ata Resumida** foi aprovada por **unanimidade**, pelos 24 delegados presentes e subscrita pela Presidente da Mesa.

Para terminar a **Presidente da Mesa da AdD** agradeceu a presença de todos, presentes e on-line, e deu a sessão foi encerrada às 13 horas e 40 minutos.

Dela foi lavrada a presente ata, que depois de aprovada em próxima Assembleia, será assinada pela Presidente e Vice-Presidente da Mesa da AdD.

Maria Manuel Oliveira,
Presidente da Mesa da Assembleia de Delegados

Leonor Cintra Gomes
Vice-Presidente da Mesa da Assembleia de Delegados

Anexos:

apresentação PGA – CLVieira
apresentação orçamento – Joana Seixas Nunes
dec. voto conjunta - Lia Ferreira/Décio Ferreira
dec. voto - José Luís Fernandes